

desconsideração e independente do resultado das eleições que ocorrerão em outubro deste ano de 2022.

Considerando que o país foi surpreendido por uma esmerada matéria jornalística investigativa, divulgada pelo site de notícias denominado Brasil247, que revela a existência de um estudo interno de responsabilidade do Ministério da Defesa e dos comandos das três expressões das Forças Armadas (disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/exclusivo-forcas-armadas-fazem-levantamento-sobre-oficiais-dispostos-a-aderir-ao-golpe-prometido-por-bolsonaro>) intitulado: “Eleições brasileiras 2022 – mapeamento de atores-chave – “Forças Armadas e Estados. Segundo Relatório interino – 5 de setembro de 2022”;

Considerando que as informações ali constantes indicam a existência de um “detalhado estudo”, que aqui passa-se a denominar “dossiê”, produzido para cotejar a disposição de autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e dos Executivos estaduais e municipais, de membros do Ministério Público, bem como oficiais e praças das Forças Armadas, além de integrantes das Polícias Militares e Bombeiros Militares dos estados e das Policiais em geral, que aceitariam aderir ao propósito ilícito de inadmitir o legítimo resultado eleitoral eventualmente desfavorável ao presidente da República, ventilando uma ruptura institucional para manutenção forçada do atual governante;

Considerando que o presidente da República e seus filhos parlamentares têm, reiteradamente, vindo a público para anunciar desconfianças contra o processo eleitoral, a lisura



das urnas eletrônicas e insurgência contra um eventual resultado desfavorável à sua continuidade na chefia do Poder;

Considerando que o Ministério da Justiça já investigara e elaborara dossiês sigilosos contra um grupo de servidores públicos identificados como integrantes do “movimento antifascismo”, postura objeto de uma ADPF no Supremo Tribunal Federal (nº 722), que restou julgada procedente, sob a relatoria da eminente Ministra Carmem Lúcia, cuja síntese da decisão declarou inconstitucionais atos do Ministério da Justiça de produção ou compartilhamento de informações sobre a vida pessoal, as escolhas pessoais e políticas, e as práticas cívicas de cidadãos, servidores públicos federais, estaduais e municipais identificados como integrantes de movimento político, professores universitários e quaisquer outros que, atuando nos limites da legalidade, exerçam seus direitos de livremente expressar-se, reunir-se e associar-se;

Considerando que a imprensa divulgou que o Ministro da Defesa e os Comandantes realizaram tais sondagens não só no questionamento ao processo eleitoral de 2 de outubro, como também sobre a possibilidade de apoio a um eventual golpe, mapeando “desde o comando geral, até os regionais, detalhando com nomes e funções os oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica bem como de alguns políticos próximos ao presidente da República”;

Considerando que “O relatório descreve o possível posicionamento destes atores-chave durante a campanha e no cenário pós-eleitoral e revela o grau de alinhamento ou



oposição a iniciativas de questionamento da integridade do sistema eleitoral e de instituições democráticas”.

Considerando que a referida matéria investigativa, cujos trechos são publicados indicando a existência e a veracidade do conteúdo transcrito, inclusive com citações nominais de diversas autoridades, com e algumas aponta conclusões do tipo:

“O estudo apresentado considera declarações explícitas ou implícitas sobre os temas abordados, publicados em fontes públicas ou obtidas por meio de entrevistas discretas.”

“Os atores mapeados ocupam posições que lhes permitem influenciar ou interferir em eventuais movimentos de contestação dos resultados eleitorais, seja em apoio, seja em repúdio.

A consultoria destacou cargos de alto escalão das Forças Armadas por conta do profundo envolvimento da instituição no governo Bolsonaro e seu crescente engajamento em assuntos políticos e eleitorais.”

“Entre os novos militares mapeados, os comandantes da Aeronáutica e Marinha apresentam grau de apoio ALTO aos questionamentos à integridade do sistema eleitoral e de alinhamento ao bolsonarismo.

Um assessor da Marinha – o Capitão de Corveta Flávio Almeida - possui grau de apoio a Bolsonaro MUITO ALTO.” O mesmo não acontece, por exemplo,



no Alto Comando do Exército: entre os generais do Alto Comando do Exército, ao Secretário de Economia e Finanças, General Sérgio da Costa Negraes, foi atribuído um rating de risco BAIXO.”

Considerando que os Comandos das Forças Armadas são instituições “organizadas com base na hierarquia e na disciplina” e destinam-se à “garantia dos poderes constitucionais” (art. 142) e que o Ministério da Defesa “é o órgão do Governo Federal incumbido de coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira, abrangendo o preparo e o emprego conjunto e singular das Forças Armadas, constituídas pela **Marinha**, pelo **Exército** e pela **Aeronáutica**, e a articulação entre elas e os demais órgãos do Estado.”

Por fim, nesse instante em que a sociedade brasileira espera por mais um momento de afirmação do exercício democrático, de eleger seus representantes pelo poder emanado do sentido constitucional soberano, de ver consolidada sua vontade exercida pelo voto, confiante na consistência que o processo eleitoral - conquistado e aperfeiçoado nessa quadra democrática inaugurada desde 1988 - tem expressado no sistema de urnas eletrônicas seguras, atitudes que afrontam tais direitos fundantes e ameaçam a ordem constitucional e legal vigentes, como se verifica nas informações constantes do estudo parcialmente divulgado, precisam ser efetivamente apuradas todas as informações pertinentes, sobretudo, para impedir sua



continuidade e para garantia da harmonia e dos fundamentos republicanos.

Entendemos imprescindível dispor dos seguintes esclarecimentos:

1) Sobre o estudo denominado “Eleições brasileiras 2022 – mapeamento de atores-chave – “Forças Armadas e Estados. Segundo Relatório interino – 5 de setembro de 2022”, **requer-se a cópia da sua íntegra** e a resposta aos seguintes questionamentos:

- Qual a motivação propositiva do referido estudo/relatório/dossiê de mapeamento de chamados “atores-chave” dentro das Forças Armadas e autoridades ou ocupantes de cargos de outros Poderes, inclusive estaduais e municipais para influenciar ou interferir em eventuais movimentos de contestação dos resultados eleitorais, seja em apoio, seja em repúdio?
- Qual a “consultoria” ou instituição contratada para realizar o referido mapeamento? Processos, contratos, estudos, notas e pareceres relativos a esse objeto devem ser encaminhados em sua íntegra e toda a documentação pertinente a empenho, liquidação e pagamento.



- Quais os atos e normativos internos do Ministério da Defesa autorizam a realização ou contratação de consultoria/empresa de estudos/relatórios sobre a confiabilidade de autoridades e ocupantes de cargos federais ou estaduais teriam em relação ao processo eleitoral, confiança dos resultados e apoio a contestações dos resultados das urnas?

Requer-se envio de todo o normativo disposto, cópia integral (física e digital) do inteiro teor do processo licitatório ou justificativa da dispensa, com documentos correspondentes,

- Quais as etapas desse estudo, posto que é público que já foram cumpridas duas entregas?

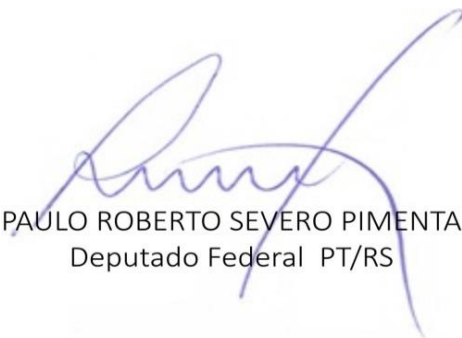
2) Sobre as condutas dos militares averiguados:

- Considerando a publicação parcial realizada pela imprensa, diversos militares de variadas patentes foram entrevistados ou tiveram suas condutas averiguadas sob o foco do estudo multimencionado, estaria havendo formação de motim, movimentos fora da disciplina das FFAA ou condutas individuais de oficiais ou praças que ofendem aos ditames constitucionais e os atos de ética e disciplina das Forças Armadas?



- Diante da publicidade de militares de patentes e funções variadas estarem dispostos a promoverem movimentos de apoio à ruptura institucional dos poderes constituídos no Estado, desconhecendo o resultado das eleições e aos encaminhamentos subsequentes dentro da normalidade democrática e institucional, qual a atitude do Ministério da Defesa no sentido de retomada da ordem constitucional com vistas à preservação do Estado Democrático de Direito? Informar quais medidas estão sendo adotadas em relação aos Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e diretamente aos indivíduos averiguados e nominalmente citados na matéria jornalística de domínio público.

Sala das Sessões, de setembro de 2022.



PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA
Deputado Federal PT/RS

